

Relatório da Administração

Senhores acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA submete à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Balanco Patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	299.182	165.040	Fornecedores	15	6.487	26.192
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	42.422	149.197	Empréstimos e financiamentos	16	—	16.452
Estoques	11	54.781	63.712	Taxas e contribuições	17	2.771	1.657
Outros créditos	12	23.668	41.283	Passivo líquido corrente	10	48.368	2.231
Tributos a compensar	9	17.278	30.477	Obrigações com pessoal	16	1.635	1.554
Total do ativo circulante		437.331	449.709	Outras contas a pagar	19	24.203	30.887
Não circulante				Total do passivo circulante		83.463	78.973
Depósitos judiciais	18	12	14	Não circulante			
Outros créditos	12	2.520	3.235	Empréstimos e financiamentos	16	—	26.803
Imobilizado	13	181.364	268.882	Débitos fiscais diferidos	20	64.909	94.857
Intangível	14	5.137	7.407	Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	18	750	800
Total do ativo não circulante		189.033	279.538	Outras contas a pagar	19	52	220
				Total do passivo não circulante		65.711	122.480
				Patrimônio líquido			
				Capital social	21	161.413	122.413
				Reservas de lucros		315.777	306.381
				Total do patrimônio líquido		477.191	527.794
Total do ativo		626.364	729.247	Total do passivo e patrimônio líquido		626.364	729.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto dividendo por ação)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		221.413	41.461	172.203	11.204	446.281
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	21	—	—	—	(11.204)	(11.204)
Lucro líquido do exercício	21	—	—	—	133.765	133.765
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	21	—	2.820	—	—	(2.820)
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração	21	—	—	28.304	—	(28.304)
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,145 por ação) e pagos	21	—	—	—	(41.048)	(41.048)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais propostos	21	—	—	—	61.593	(61.593)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		221.413	44.281	200.507	61.593	527.794
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	21	—	—	—	(61.593)	(61.593)
Redução de capital social	21	(60.000)	—	—	—	(60.000)
Lucro líquido do exercício	21	—	—	—	135.783	135.783
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	21	—	—	—	—	—
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração	21	—	—	27.567	—	(27.567)
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,258 por ação) e pagos	21	—	—	—	(64.794)	(64.794)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais propostos	21	—	—	—	43.422	(43.422)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		161.413	44.281	228.074	43.422	477.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com a finalidade específica de desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termoeletricas ("UTE"), denominadas "UTE Termoparaíba" e "UTE Termomordéstia", que em conjunto são denominadas ("UTES"), ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada prevista de 170,80 MWh cada. As UTES receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica através das Portarias do MME nº 340, de 6 de dezembro de 2007, e nº 347, de 11 de dezembro de 2007, para a UTE Termoparaíba e a UTE Termomordéstia, respectivamente. Não estão previstas as renovações ou prorrogações das autorizações, bem como indenizações dos investimentos realizados, assegurando-se o direito de remoção das instalações realizadas no final do período. O início das operações ocorreu em 24 de dezembro de 2010 para a UTE Termomordéstia e 13 de janeiro de 2011 para a UTE Termoparaíba. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Proietada s/n, Engenheiro Triunfo, Estrada do Aterro Sanitário Km 01, Distrito Industrial, CEP 58000-000, cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba. As UTES Termomordéstia e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emitir um comando de despacho, esse custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário ("CVU") declarado pela energia gerada. Há dois tipos de receita nas UTES: Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE. Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTES e valorada ao CVU: que é o valor do custo variável para cada MWh gerado pelas UTES, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis. No exercício de 2022, a companhia teve uma redução significativa em sua receita e custo operacional. O principal fator para variação foi o despacho médio de 0,6% da capacidade instalada em 2022 (46% em 2021), o despacho é realizado substancialmente em atendimento às demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2023. **Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. As receitas do segmento operacional da EPASA estão atreladas à disponibilidade da infraestrutura de geração termoeletrica bem como ao valor da CVU. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da geradora causada pelas medidas de combate à COVID-19. De forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à realidade causada pela pandemia da COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia também se utiliza, de forma consistente, das orientações contábeis no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme divulgado na **Nota Explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.**

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos montam um saldo de R\$ 64.909 relacionadas a diferenças temporárias e da utilização da depreciação acelerada. A estimativa é que todo o saldo seja utilizado até o final do período de contrato de venda de energia em 31 de dezembro de 2024. **(c) Vida útil dos ativos (depreciação e amortização):** No início do exercício de 2020, a Companhia avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não tem mais expectativa de participar de novos leilões no curto prazo, visto que os novos leilões de energia não contemplam fontes de combustível a óleo, que engloba concessionárias como a Companhia. Adicionalmente, as discussões em âmbito regulatório foram pauladas por temas como descontratação antecipada das UTES à óleo e renovações de térmicas à Gás Natural. Neste cenário, em 2020 a Administração avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização, qual seja, 31 de dezembro de 2024. Para maiores informações, consultar Nota Explicativa 6.6.

5. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. As normas avaliadas para o período foram as seguintes: **• Alteração ao IAS 16/ CPC 27 "Ativo Imobilizado":** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **• Alteração ao IAS 37/ CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **• Alteração ao IFRS 3/ CPC 15 "Combinação de Negócios":** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **• Aprimoramentos anuais - ciclo 18-2018-2020:** (i) IFRS 9/ CPC 48 "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de imparência de uma carteira de passivos financeiros; (ii) IFRS 16/ CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado; (iii) IFRS 1/ CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais; (iv) IAS 41/ CPC 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IRCS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

6. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **6.1 Reconhecimento e receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica. As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável, pela venda de energia elétrica, é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente. **Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre:** Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização

de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre. Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. **6.2 Subvenções governamentais (Lucro da exploração):** As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual abação de prejuízos. A Companhia possui direito à utilização do benefício até 31/12/2027, conforme Ludo Constitutivo nº 337/2018. Em 2015, a Companhia passou a ter o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de empresas localizadas na região das ex-íntimas Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/isenção do Imposto de Renda de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da Companhia. Para maiores detalhes, ver nota explicativa 22 - Patrimônio Líquido. **6.3 Recetas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: i) Receita de juros; ii) Despesa de juros; iii) Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e iv) Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **6.4 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Administração da Companhia conduziu análises referente ao ICP 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias. **6.5 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.6 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Estoques:** O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável. **6.6 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, e nos exercícios anteriores utilizou-se o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Anel. No início do exercício de 2020, a Companhia avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não tem mais expectativa de participar de novos leilões no curto prazo, visto que os novos leilões de energia não contemplam fontes de combustível a óleo, que engloba concessionárias como a Companhia. Adicionalmente, as discussões em âmbito regulatório foram pauladas por temas como descontratação antecipada das UTES à óleo e renovações de térmicas à Gás Natural. Neste cenário, em 2020 a Administração avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização. A Administração levou em consideração as mudanças ocorridas no cenário econômico e de mercado como fatores determinante de mudança para o exercício, e efetuou a mudança prospectivamente para as demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado. Nos exercícios anteriores as vidas úteis dos itens do imobilizado em construção eram determinadas à medida que a construção fosse finalizada e o início das operações seja definido, com a mudanças das premissas de depreciação, todos os Ativos passaram a ter vida útil limitada a, no máximo, 15 anos, com término ao final de 2024, considerando o período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, momento no qual as UTES Termomordéstia e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica, conforme Nota Explicativa 4 (c). **6.7 Intangível: Reconhecimento e mensuração:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões e *softwares*. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado. Os métodos de amortização e as vidas úteis são revisados a cada data de balanço e ajustadas caso seja apropriado. O prazo estimado de amortização do intangível está entre 5 e 10 anos, observando a limitação até o final da autorização. **6.8 Ativos financeiros: Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: **• Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).** **• Mensurados ao custo amortizado.** A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: **• Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria.** Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante. **• Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.** A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: **• Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao FVOCI.** **• Investimentos patrimoniais mantidos para negociação;** e **investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.** Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: **• Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado.** As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida		311.259	1.370.875
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo de operação	24	(134.980)	(1.163.741)
Custo com energia elétrica	23	(26.900)	(38.709)
Lucro bruto		149.379	168.425
Despesas operacionais			
Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável do contas a receber	24	11	33
Despesas gerais e administrativas	24	(11.900)	(12.889)
Outras (despesas) receitas operacionais	24	(155)	(558)
Lucro operacional		137.335	155.011
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	25	34.865	3.448
Despesas financeiras	25	(4.958)	(6.073)
Resultado financeiro		29.907	(2.625)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		167.242	152.386
Imposto de renda	20	(16.373)	(5.864)
Contribuição social	20	(15.085)	(12.757)
Total do imposto de renda e contribuição social		(31.458)	(18.621)
Lucro líquido do exercício		135.783	133.765
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas (Em Reals)		0,54	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	135.783	133.765
Outros resultados abrangentes	—	—
Resultado abrangente do exercício	135.783	133.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Relatório da Administração

Senhores acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA submete à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

A Administração

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022		2021		Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022		2021	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	299.182	165.040			Fornecedores	15	6.487	26.192		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	42.422	149.717			Empréstimos e financiamentos	16	–	16.452		
Estoques	11	54.781	63.712			Taxas e contribuições	17	2.771	1.657		
Outros créditos	12	23.668	41.283			Passivo fiscal corrente	10	48.368	2.231		
Tributos a compensar	9	17.278	30.477			Obrigações com pessoal		1.635	1.554		
Total do ativo circulante		437.331	449.709			Outras contas a pagar	19	24.203	30.887		
Não circulante						Total do passivo circulante		83.463	78.973		
Depósitos judiciais	18	12	14			Não circulante					
Outros créditos	12	2.520	3.235			Empréstimos e financiamentos	16	–	26.603		
Imobilizado	13	181.364	268.882			Débitos fiscais diferidos	20	64.909	94.857		
Intangível	14	5.137	7.407			Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	750	800		
Total do ativo não circulante		189.033	279.538			Outras contas a pagar	19	52	220		
						Total do passivo não circulante		65.711	122.480		
Total do ativo		626.364	729.247			Patrimônio líquido	21				
						Capital social		161.413	221.413		
						Reservas de lucros		315.777	306.381		
						Total do patrimônio líquido		477.191	527.794		
						Total do passivo e patrimônio líquido		626.364	729.247		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto dividendo por ação)

Saldo em 31 de dezembro de 2020	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	21	221.413	41.461	172.203	11.204	–	446.281
Lucro líquido do exercício		–	–	–	(11.204)	–	(11.204)
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	21	–	2.820	–	–	(2.820)	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração	21	–	–	28.304	–	(28.304)	–
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,145 por ação) e pagos	21	–	–	–	–	(41.048)	(41.048)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais propostos	21	–	–	–	61.593	(61.593)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021		221.413	44.281	200.507	61.593	–	527.794
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	21	–	–	–	(61.593)	–	(61.593)
Redução de capital social	21	(60.000)	–	–	–	–	(60.000)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	135.783	135.783
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	21	–	–	–	–	–	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração	21	–	–	27.567	–	(27.567)	–
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,258 por ação) e pagos	21	–	–	–	–	(64.794)	(64.794)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais propostos	21	–	–	–	43.422	(43.422)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022		161.413	44.281	228.074	43.422	–	477.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com a finalidade específica de desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termelétricas ("UTE"), denominadas "UTE Termparabá" e "UTE Termonordeste", que em conjunto são denominadas ("UTES"), ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada prevista de 170,80 MWh cada. As UTES receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica através das Portarias do MME nº 340, de 6 de dezembro de 2007, e nº 347, de 11 de dezembro de 2007, para a UTE Termparabá e a UTE Termonordeste, respectivamente. Não estão previstas as renovações ou prorrogações das autorizações, bem como indenização dos investimentos realizados, assegurando-se o direito de remoção das instalações realizadas no final do período. O início das operações ocorreu em 24 de dezembro de 2010 para a UTE Termonordeste e 13 de janeiro de 2011 para a UTE Termparabá. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Projelada s/n, Engenheiro Triunfo, Estrada do Aterro Sanitário KM 01, Distrito Industrial, CEP 58000-000, cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba. As UTES Termonordeste e Termparabá tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, esse custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário ("CVU") declarado pela energia gerada. Há dois tipos de receita nas UTES: Receita fixa, que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE. Receita variável, refere-se a receita da energia gerada pelas UTES e valorada ao CVU; que é o valor do custo variável para cada MWh gerado pelas UTES, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis. No exercício de 2022, a companhia teve uma redução significativa em sua receita e custo operacional. O principal fator para variação foi o despacho médio de 0,6% da capacidade instalada em 2022 (46% em 2021), o despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2023. **Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em 31 de janeiro de 2020, Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. As receitas do segmento operacional da EPASA estão atreladas à disponibilidade da infraestrutura de geração termelétrica bem como ao valor do CVU. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da geradora causada pelas medidas de combate à COVID-19. De forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à realidade causada pela pandemia da COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos dependem de uma série de fatores, incluindo a determinação de títulos e da utilização da depreciação acelerada. A estimativa é que todo o saldo seja utilizado até o final do período de contrato de venda de energia em 31 de dezembro de 2024. **(c) Vida útil dos ativos (depreciação e amortização):** No início do exercício de 2020, a Companhia avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não tem mais expectativa de participar de novos leilões no curto prazo, visto que os novos leilões de energia não contemplam fontes de combustível a óleo, que engloba concessionárias como a Companhia. Adicionalmente, as discussões em âmbitos regulatórios foram pautadas por temas como desconstrução antecipada das UTES à óleo e renovações de térmicas à Gás Natural. Neste cenário, em 2020 a Administração avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização, qual seja, 31 de dezembro de 2024. Para maiores informações, consultar Nota Explicativa 6.6.

5. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. As normas avaliadas para o período foram as seguintes: **• Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado":** a alteração proíbe uma entidade de deduzir o custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para uso. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **• Alteração ao IAS 37/CPC 25 "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **• Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios":** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **• Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua contratação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41/CPC 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IRCS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

6. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **6.1 Reconhecimento:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica. As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixa em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável, pela venda de energia elétrica, é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente. **Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre:** Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização

de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre. Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. **6.2 Subvenções governamentais (Lucro da exploração):** As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro Denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos. A Companhia possui direito à utilização do benefício até 31/12/2027, conforme Laudo Constitutivo nº 337/2018. Em 2015, a Companhia passou a ter o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de empresas localizadas na região das extintas Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/isenção do Imposto de Renda de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da Companhia. Para maiores detalhes, ver nota explicativa 22 - Patrimônio Líquido. **6.3 Recetas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: (i) Receita de juros; (ii) Despesa de juros; (iii) Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (iv) Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

6.4 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Administração da Companhia conduziu análises referentes ao ICPD 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias. **a. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Estoques:** O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em traz-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável. **6.6 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (impairment), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, e nos exercícios anteriores utilizou-se o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Anel. No início do exercício de 2020, a Companhia avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não tem mais expectativa de participar de novos leilões no curto prazo, visto que os novos leilões de energia não contemplam fontes de combustível a óleo, que engloba concessionárias como a Companhia. Adicionalmente, as discussões em âmbitos regulatórios foram pautadas por temas como desconstrução antecipada das UTES à óleo e renovações de térmicas à Gás Natural. Neste cenário, em 2020 a Administração avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização, qual seja, 31 de dezembro de 2024. Para maiores informações, consultar Nota Explicativa 6.6.

6.7 Intangível: Reconhecimento e mensuração: Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões e softwares. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado. Os métodos de amortização e as vidas úteis são revisados a cada data de balanço e ajustadas caso seja apropriado. O prazo estimado de amortização do intangível está entre 5 e 10 anos, observando a limitação até o final da autorização. **6.8 Ativos financeiros: Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: **• Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).** **• Mensurados ao custo amortizado.** A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: **• Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria.** Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante. **• Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.** A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: **• Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao FVOCI.** **• Investimentos patrimoniais mantidos para negociação;** e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: **• Custo amortizado - os quais, são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado.** As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração

exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)	Nota	2022		2021	
Receita operacional líquida					
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo de operação	24	(134.980)	(1.163.741)		
Custo com energia elétrica	23	(26.900)	(38.709)		
Lucro bruto		149.379	168.425		
Despesas operacionais					
Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável do contas a receber	24	11	33		
Despesas gerais e administrativas	24	(11.909)	(12.889)		
Outras (despesas) receitas operacionais	24	(155)	(558)		
Lucro operacional		137.335	155.011		
Recetas (despesas) financeiras					
Recetas financeiras	25	34.865	3.448		
Despesas financeiras	25	(4.958)	(6.073)		
Resultado financeiro		29.907	(2.625)		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		167.242	152.386		
Imposto de renda	20	(16.373)	(5.864)		
Contribuição social	20	(15.085)	(12.757)		
Total do imposto de renda e contribuição social		(31.458)	(18.621)		

